



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682537 - SC (2021/0233554-6)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : MARCOS SEBASTIAN RODRIGUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS SEBASTIAN RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5039406-65.2021.8.24.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de furto, tendo a prisão sido convertida em preventiva.

A impetrante sustenta constrangimento ilegal, decorrente da ausência do paciente, física ou virtualmente, na audiência de custódia realizada.

Alega que a justificativa para o ato – movimento de protesto dos policiais penais – é manifestamente inidônea, razão pela qual a audiência deve ser considerada como não realizada e a prisão preventiva relaxada.

Aduz não estarem presentes os requisitos da segregação cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Argumenta que a prisão preventiva não guarda a necessária homogeneidade com o resultado final do processo, porquanto, dadas as condições favoráveis do paciente, caso condenado, este terá a pena substituída e não será aplicado o regime fechado.

Entende que seria o caso de afastamento da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.  
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM  
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO  
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.  
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE  
DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE  
AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO

RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Com efeito, a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *writ* originário, assim se manifestou (e-STJ fl. 150-151):

*No pertinente à alegada nulidade da decisão em razão da ausência do paciente por ocasião da audiência de custódia, o pedido não comporta acolhida, ao menos nesse momento processual.*

*Isso porque, ainda que a situação retratada no auto de prisão em flagrante que origina o presente habeas corpus revela procedimento não previsto na legislação penal, não se pode ignorar que tal ocorreu com o objetivo de efetivar da forma mais célere a necessária audiência de custódia.*

*Nesse trilhar, ainda que o paciente não tenha sido ouvido no ato acima referido, consta nos autos o vídeo de sua oitiva perante a autoridade policial, colhida na véspera.*

*Ainda, insta consignar que a audiência de custódia foi devidamente acompanhada pelo combativo defensor público que impetrou o writ em apreço, de modo a resguardar os direitos constitucionalmente outorgados ao paciente.*

*Desse modo, afasto, em sede liminar, a alegada nulidade do ato processual.*

*Acerca da necessidade da prisão preventiva, melhor sorte não socorre o recorrente.*

*Ao revés do sustentado pelo impetrante, as medidas cautelares diversas da prisão não se revelam suficientes para o acautelamento da ordem pública, tampouco para assegurar a aplicação da lei penal.*

*Como bem anotado pelo magistrado de primeira instância, o paciente é de origem estrangeira - em princípio, natural da Argentina - não possui residência fixa - em situação de rua - ou renda e não indicou qualquer vínculo com o Brasil - diz "ficar entre Argentina e Brasil". No mais, sequer sua identidade parece seguramente comprovada.*

*Tais circunstâncias, por certo, denotam a necessidade da manutenção da prisão preventiva.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência